

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA

HARVEY, David — *Social Justice and the City*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1975.

Quem tomou conhecimento do trabalho anterior de D. Harvey, *Explanation in Geography* (St. Martin's Press, New York, 1970, o original de 1969 de Edward Arnold, Publishers, Ltd), apesar do caráter aberto à discussão encontrado nesse livro poderá surpreender-se com este seu novo esforço teórico, em linha completamente diversa, cuja publicação inglesa original é de 1973, da mesma editora.

É que o livro não é um discurso *ideológico* (é curiosa a posição do autor no próprio texto) no sentido de confronto de doutrinas e de combate a posições, tal como se entende o assunto no Brasil. Seria antes um discurso científico reflexivo-crítico, a partir do qual se apóia o julgamento do problema urbano.

É importante saber o que o próprio autor pensa de seu modo de trabalhar: "Os ensaios reunidos neste livro foram escritos em condições variadas ao longo de um caminho progressivo e por isso representam a história de um ponto de vista em evolução. Não considero este relato como idiossincrático em relação a mim mesmo (embora haja aí, provavelmente, alguns aspectos que possam ser interpretados desse modo). É a espécie de coisa que parece ser inevitável quando alguém busca um caminho adequado e apropriado para, de um lado, obter um ponto de vista sólido em filosofia social e moral e, de outro, apontar questões materiais que o estado dos centros urbanos no mundo ocidental mostram" (p. 10).

David Harvey é inglês e está trabalhando atualmente, nos Estados Unidos, na Universidade Johns Hopkins. Aqui ele apresenta vários ensaios, alguns já publicados e outros inéditos, organizados em torno do tema: *A Justiça Social e a Cidade*.

A este tema abrangente estão referidos temas subsidiários que são discutidos no decorrer da obra e, em particular, na *Introdução*. São eles: *a natureza da teoria, a natureza do espaço, a natureza da justiça social e a natureza do urbanismo*.

O livro está dividido em três partes,

Na primeira, o autor examina as *Formulações Liberais* com o estudo dos *Processos Sociais e Forma Espacial* e da *Justiça Social e Sistemas Espaciais*. Conforme aponta na *Introdução*, a questão da distribuição da renda é examinada como se fosse independente da questão da produção e isto, segundo ele, é uma abordagem típica do liberalismo. A justiça social é mostrada como uma questão de justiça e moralidade eternas.

Na segunda parte, o autor examina as *Formulações Socialistas* nos capítulos: *Teoria Revolucionária e Contra-Revolucionária em Geografia e o Problema da Formação do Gueto; Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano; O Urbanismo e a Cidade — um Ensaio Interpretativo*. Ainda na *Introdução*, o autor informa que esta parte estuda as forças que governam a redistribuição da renda real em um sistema urbano, concluindo que é a produção — o modo de produção — no capitalismo, que determina a questão da distribuição da renda. O problema da justiça social é mostrado então como parte integrante de processos sociais que operam na sociedade como um todo.

Na terceira parte, que se denomina *Síntese* (no sentido de que as partes precedentes são análises), o autor apresenta suas conclusões e reflexões examinando o método e teorias de Marx, do qual discute a *Ontologia* e a *Epistemologia*, terminando por fazer observações *Sobre a Natureza do Urbanismo*. Sua conclusão é a de que um urbanismo genuinamente humano deve substituir o atual "urbanismo" que é produzido pela dinâmica interna do capitalismo industrial.

O autor mostra-se como um intelectual não desinteressado e preocupado com um tema atual que interessa ao geógrafo, ao planejador, ao arquiteto, ao urbanista, ao paisagista, ao ecologista, aos especialistas em Ciência Regional e, de um modo geral, a todos os cientistas sociais. Pelo seu conteúdo, interessa ao público não especializado. Dadas as características como trabalha, interessa, também e particularmente aos estudantes.

Trata-se do primeiro geógrafo, ao que parece, que, desde que a Geografia organizou-se ramo particular do conhecimento, ainda no século XIX, aborda uma questão como esta, da maneira como o faz. Nesse sentido, seu livro é um enorme contraste com as inúmeras monografias e estudos de caso sobre o problema que não conseguem ultrapassar a mera aparência da realidade. Da mesma forma, representa uma ruptura com as abordagens geográficas tradicionais (e contemporâneas) que se fazem a partir dos recursos do empirismo, do positivismo naturalista e do positivismo lógico (incluindo o neo-positivismo).

Ao mesmo tempo que nos indica o quanto estamos defazados em relação a certos problemas, abre perspectivas de pensamento capazes de ultrapassar as limitações criadas pela perplexidade dos próprios geógrafos em relação ao seu trabalho.

De D. Harvey, diz Yves Lacoste: "... é significativo constatar que geógrafos que, nos Estados Unidos, são considerados entre os principais promotores da geografia quantitativa, voltam a orientar-se hoje para uma reflexão teórica que tem por objeto a significação da geografia" ("A Geografia" in *A Filosofia das Ciências Sociais*, vol. 7, direção de François Châtelet, Zahar Ed., 1974).

Assinale-se que a observação é apenas parcialmente correta: D. Harvey não é "contra" a quantificação. O que o preocupa é o que assinala como uma "metodologia cheia de tabus" e "recursos analíticos frágeis", ao lado da permanência dos geógrafos em seus trabalhos ao nível da "pura intuição" (pp. 24/5).

Armando Corrêa da Silva